

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Juizes e desembargadores receberam R\$ 336 milhões em lucros e dividendos.....3

O GLOBO - RJ - MUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guerra amplia tensão entre Lula e Trump antes de encontro.....5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Partido Novo mira Moraes.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Mendonça assume protagonismo.....9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

PF vai investigar vazamento de dados de Vercaro.....11

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
SEGURIDADE SOCIAL

Caso Master amplia crise no STF e coloca Corte sob pressão.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guerra impõe conservadorismo na gestão fiscal.....13

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados - APOSENTADOS.....15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Por que nova prisão de Vercaro mergulha Brasília na maior tensão desde a Lava Jato
.....16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Brasil pode estar entrando em um megaciclo", diz WHG.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

O estímulo eleitoral inviável de Trump (Artigo).....23

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo prepara medidas para baixar juros do crédito consignado para CLT e aposentado do INSS
.....25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Previdências resistem a reformas em 55% de Estados e municípios.....27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação de bets volta ao debate.....29

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo terá ganho real de 2,3% em 2027 após alta do PIB de 2025 (salário mínimo) 31

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2026 ainda não terá isenção para quem ganha até R\$ 5.000; entenda (Imposto de Renda) 32

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Qual é a data para declarar o Imposto de Renda 2026? Veja quando começa..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Menos dos 2% dos regimes próprios têm nota máxima..... 36

Juízes e desembargadores receberam R\$ 336 milhões em lucros e dividendos

JULIANO GALISI

Os magistrados brasileiros receberam R\$ 336 milhões em lucros e dividendos de empresas no ano de 2023. Os rendimentos foram declarados por 22 mil contribuintes cuja ocupação principal é "membro do Poder Judiciário e de Tribunais de Contas", o que inclui juízes, desembargadores e ministros dos diversos ramos e instâncias da Justiça do País.

Os dados relativos a 2023 são os mais recentes publicados pela **Receita Federal**. Os Tribunais de Contas pertencem ao Poder Legislativo, e não ao Judiciário, mas o Fisco os agrupou em uma só categoria.

Não há série histórica disponível, pois em anos anteriores os ganhos com lucros e dividendos estão incorporados a outros tipos de rendimentos.

Segundo a Lei Orgânica da Magistratura, juízes não podem ser administradores de empresas, mas não há vedação a participações societárias nem à obtenção de rendimentos com a atividade empresarial.

O número de magistrados na base da Receita difere do registrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), segundo o qual, em 2023, o País tinha cerca de 18 mil juízes e desembargadores.

Questionada sobre a divergência, a Receita informou que sua base inclui contribuintes que não estão na ativa.

SEM COMENTÁRIOS. Nem a Receita nem o CNJ comentaram os rendimentos de juízes com lucros e dividendos. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) também foi procurada, mas não respondeu. Em 2023, o rendimento de pessoas físicas com lucros e dividendos foi isento de tributação. Esses ganhos só passaram a ser taxados a partir de janeiro deste ano. Segundo a nova regra, dividendos pagos a pessoas físicas acima de R\$ 50 mil por mês terão retenção de 10% na fonte.

Os ganhos de juízes com lucros e dividendos foram defendidos por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) durante a sessão da Corte, no dia 4 de fevereiro. Ao votar sobre o uso de redes sociais por magistrados, o ministro Alexandre de Moraes fez uma

crítica velada à proposta de um código de conduta para o Supremo, encampada pelo presidente do tribunal, Edson Fachin.

Segundo Moraes, a Constituição e a Lei Orgânica da Magistratura "bastam" para disciplinar juízes. "O magistrado pode receber por palestras, pode ser acionista. O magistrado é sócio de determinada empresa?

Pode. (...) A Constituição diz: "Ressalvadas as exceções previstas em lei". E a Loman (Lei Orgânica da Magistratura) diz que não pode ser sócio dirigente", afirmou Moraes.

Em seguida, o ministro Dias Toffoli comentou a fala de Moraes.

"Vários magistrados são fazendeiros, são donos de empresas, e eles, não excedendo a administração, têm todo direito aos seus dividendos." RESORT. Em janeiro, o Estadão revelou que a empresa Maridt, gerida por dois irmãos de Dias Toffoli, vendeu cotas milionárias de um resort de luxo no Paraná ao cunhado de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Naquele momento, o ministro relatava as investigações no Supremo por fraudes financeiras da instituição.

No mês seguinte, ao periciar o celular de Vorcaro, a PF identificou menções ao relator e pediu sua suspeição. Pressionado, Toffoli admitiu que, além da Maridt ser gerida por dois irmãos seus, ele próprio é sócio anônimo da empresa. Na prática, isso significa que ele detém participação no negócio mesmo sem figurar nos registros públicos da firma, que só apresentavam os administradores.

Enquanto sócio, o ministro recebeu dividendos.

Em uma medida atípica, Dias Toffoli afastou-se da relatoria do caso Master sem que o STF tenha reconhecido sua suspeição. Em um novo sorteio, a investigação ficou sob a responsabilidade do ministro André Mendonça.

A Maridt deteve participação no grupo de resorts Tayayá de outubro de 2020 a fevereiro de 2025. Nesse período, a empresa recebeu repasses milionários de fundos ligados a Vorcaro, apontam

extratos obtidos pelo Estadão.

CPI. Em 25 de fevereiro, a CPI do Crime Organizado do Senado aprovou a quebra de sigilo fiscal da Maridt de 2022 a 2026. O requerimento da comissão foi anulado por decisão do ministro Gilmar Mendes, dois dias depois.

Os eventuais lucros e dividendos da empresa Maridt se enquadram em uma categoria de rendimentos da Receita, enquanto a venda de cotas societárias, em outra. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guerra amplia tensão entre Lula e Trump antes de encontro

ELIANE OLIVEIRA E JANASÍNA FIGUEIREDO
mun.do.online@oglobo.com.br **BRASÍLIA E BUENOS**
AIRES

A ofensiva dos EUA e de Israel contra o Irã, que resultou na morte do líder supremo iraniano, Ali Khamenei, e alastrou o conflito para outros países do Oriente Médio, elevou o peso da crise na relação entre Brasília e Washington em meio às tratativas para um encontro entre Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump. A expectativa no governo brasileiro é que Lula reitere diante do presidente americano a posição contrária ao ataque, em mais um ponto de divergência política num momento de intensificação do diálogo bilateral. A reunião, contudo, ainda não tem data definida.

O desalinhamento se soma a outros episódios recentes, como a reação de Brasília à captura de Nicolás Maduro e de sua mulher, Cilia Flores, em janeiro em Caracas -classificada pelo governo como "sequestro" -e à posição de Lula contrária às sanções a Cuba.

A diplomacia brasileira enfrenta o desafio de buscar uma posição equilibrada para evitar que as relações com os EUA se deteriore e retornem ao nível de tensão observado em meados do ano passado, sem deixar de explicitar a posição de Lula, que vai disputar a reeleição este ano. Ao mesmo tempo em que condenou os ataques ao Irã, o Brasil se solidarizou com Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Kuwait e Jordânia, apontados como alvos de retaliações iranianas.

BUSCA POR EQUILÍBRIO

Outro ponto sensível é a proposta de criação de um conselho de paz defendido por Trump, para o qual o Brasil foi convidado. Lula deu sinais de que não vai aceitar, tem criticado a ideia publicamente e defende que o colegiado trate especificamente da reconstrução da Faixa de Gaza, com a participação dos palestinos.

O foco está em comércio e segurança, mas temas sensíveis como Oriente Médio, Venezuela e Cuba também devem fazer parte da conversa. No Palácio do Planalto, a avaliação é que Lula precisará equilibrar princípios e pragmatismo.

Interlocutores em Brasília e Washington avaliam que o primeiro tête-à-tête entre os dois chefes de Estado na Casa Branca, depois de breves conversas em Nova York e Kuala Lumpur, em 2025, dependerá da evolução do conflito no Oriente Médio. Para autoridades que acompanham o tema, manter uma boa relação com o Brasil continua sendo importante para Washington, mas hoje isso está longe de ocupar posição central na agenda da Casa Branca.

Auxiliares do presidente da República esperam que a reunião entre Lula e Trump ocorra na segunda quinzena de março. No entanto, não se descarta a possibilidade de o encontro só acontecer em abril. Ou seja, segue sem data fechada e pode ser adiado diante do novo cenário internacional.

A proximidade ideológica de Trump com o ex-presidente Jair Bolsonaro - condenado por tentativa de golpe de Estado e principal adversário político de Lula -acrescenta um componente doméstico à equação diplomática em pleno ano eleitoral no Brasil. Há ainda divergências internas sobre o impacto político de uma foto com Trump: setores próximos ao presidente avaliam que o risco para a imagem de Lula é elevado, enquanto outros defendem a manutenção do encontro, desde que a agenda privilegie temas de interesse brasileiro.

Ana Garcia, professora de relações internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), avalia que o conflito provocou uma reordenação de prioridades.

-O governo Trump é um governo de produção de crises permanentes. Se, até há pouco tempo, as tensões estavam em torno das tarifas, agora estão em torno da guerra. Há uma mudança de agenda global impulsionada por essa capacidade de geração de crises -diz.

Para Marianna Albuquerque, da UFRJ, um eventual adiamento pode ser conveniente para os dois lados.

-Para os EUA, permitiria que se centrassem em uma resolução mais rápida, que é o interesse de Trump; para o Brasil, impediria que o contexto "sequestrasse" a pauta e que os assuntos de nosso interesse não fossem tratados -afirma.

Para ela, caso a reunião ocorra, o Brasil tentará "encapsular a crise", priorizando temas como tarifas, sem abandonar a defesa histórica da negociação e do multilateralismo, além de mostrar disposição para eventuais esforços de mediação.

A aposta do Planalto continua concentrada em dois eixos de forte repercussão interna: tarifas e combate ao crime organizado. A decisão recente da Suprema Corte dos EUA de derrubar o tarifaço de Trump alterou o cenário das negociações, mas a criação de uma novatarifade10% sobre o comércio com outros países mantém a preocupação brasileira.

Integrantes do governo avaliam que a "roupagem" do encontro pode mudar, deslocando o foco da contenção de danos para uma agenda mais ampla de comércio e investimentos, com o Brasil apresentando dados como o déficit comercial brasileiro com os EUA.

CAUTELA DIPLOMÁTICA

Na área de segurança, Lula pretende aprofundar a cooperação existente entre Ministério da Justiça, Polícia Federal e **Receita Federal** no combate ao crime organizado transnacional. Interlocutores do governo afirmam que o Brasil quer reforçar a colaboração sem comprometer a autonomia nacional. A hipótese discutida nos EUA de classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas é tratada com cautela em Brasília.

A pauta inclui ainda minerais críticos, tema crescente na relação bilateral depois de JD Vance convidar países a formar uma coalizão para fornecimento, mineração e refino desses produtos.

Equipes técnicas das áreas econômica e de segurança trabalham para mapear convergências e evitar que divergências dominem a agenda presidencial. A orientação é diminuir a troca pública de críticas e fortalecer canais institucionais, como os contatos entre o chanceler Mauro Vieira e o secretário de Estado americano, Marco Rubio.

Michael Shifter, presidente do centro de estudos Diálogo Interamericano, sediado nos EUA, avalia que o encontro tende a ser pragmático e marcado por cautela diplomática, com atenção concentrada sobretudo nas disputas comerciais entre os dois países. Para a presidente do Instituto Igarapé, Ilona Szabó, os dois deverão manter discursos distintos no espaço público.

-Podemos esperar uma diplomacia pragmática e rigidamente administrada. A relação será menos sobre uma visão compartilhada e mais sobre gestão de riscos.

Ricardo Zúñiga, ex-diplomata americano que já serviu no Brasil, acredita que será difícil construir uma agenda positiva neste momento.

-O único caminho é limitar a agenda a temas como minerais críticos, comércio e combate ao crime organizado. Focar numa parceria estratégica - afirma ele, que ressalta que o governo Trump não tem interesse, neste momento, em receber um líder latino-americano crítico às ações contra o Irã dentro da Casa Branca. - Hoje, Trump não ganha nada se encontrando com Lula.

Jonathan Hanson, professor da Universidade de Michigan, lembra que 2026 também será ano eleitoral nos EUA, com a renovação de parte do Congresso. E destaca que o encontro ocorrerá em um momento em que a economia americana dá sinais de desaceleração.

- O Partido Republicano demonstra fragilidade considerável nas pesquisas. Não seria surpreendente que Trump adotasse uma postura menos confrontacional do que no passado -afirma.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/lo-globo>

Partido Novo mira Moraes

» ALÍCIA BERNARDES

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, protocola hoje um pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A iniciativa é apresentada em conjunto com a bancada e lideranças do partido Partido Novo e ocorre após a divulgação de mensagens atribuídas ao empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, que teriam sido enviadas no contexto de investigações sobre a instituição financeira.

Segundo os autores do pedido, as mensagens levantaram dúvidas sobre uma eventual tentativa de provocar decisões judiciais capazes de influenciar o andamento de investigações relacionadas ao banco. "O ministro Alexandre de Moraes não tem condição de permanecer no cargo depois da revelação de que trocou mensagens com Daniel Vorcaro no dia da prisão do banqueiro. É inaceitável. Juízes do Supremo devem estar acima de qualquer suspeita, submetidos à lei e à transparência, como todos os cidadãos. O Brasil precisa acabar com a farra dos intocáveis" afirmou Zema.

O partido pretende abrir outras frentes institucionais para apurar os fatos. O presidente do Novo, Eduardo Ribeiro, afirmou que a legenda decidiu mobilizar diferentes instrumentos políticos e jurídicos para cobrar esclarecimentos sobre o episódio. "Não é possível tratar um caso dessa gravidade com silêncio ou omissão. Nosso compromisso é com a transparência, com a fiscalização e com o respeito às instituições. Quando surgem indícios de irregularidades envolvendo autoridades do mais alto nível da República, a resposta precisa ser firme e institucional" declarou.

O anúncio das medidas será feito durante coletiva convocada pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE), em frente à Presidência do Senado. Na ocasião, parlamentares da legenda devem detalhar as iniciativas políticas e legislativas relacionadas ao caso Master. Entre elas, Girão anunciará uma representação no Conselho de Ética contra o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

De acordo com o senador, a representação questiona condutas que, na avaliação dele, comprometeriam o funcionamento institucional da Casa. Entre os pontos citados estão a ausência de análise de pedidos de impeachment contra ministros do Supremo e a demora na leitura e instalação de comissões parlamentares de

inquérito relacionadas ao Banco Master.

Na Câmara dos Deputados, o líder da

bancada do Novo, Marcel van Hattem (RS), também pretende anunciar o encaminhamento de uma notícia-crime à Procuradoria-Geral da República contra Moraes. O objetivo, segundo parlamentares da legenda, é ampliar a pressão institucional para a investigação das suspeitas levantadas a partir das mensagens atribuídas a Vorcaro.

Divergências

As controvérsias sobre o conteúdo das mensagens ganharam novo capítulo após manifestação, neste domingo, da advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro do STF. Ela negou ter recebido uma das mensagens atribuídas a Vorcaro,

na qual o empresário teria perguntado: "Alguma novidade? Conseguiu ter notícia ou bloquear?" O arquivo contendo o texto estava armazenado em uma pasta associada ao contato da advogada no material sob custódia da CPI do **INSS**.

Com a negativa, surgiram divergências em relação à explicação apresentada por Moraes. O ministro havia afirmado que os registros extraídos de aparelhos eletrônicos foram organizados em pastas com base em dados técnicos do sistema utilizado para análise forense. Segundo ele, a presença de arquivos no mesmo diretório não significaria necessariamente que a mensagem foi enviada ou recebida pela pessoa associada ao contato.

O material foi extraído por meio do programa Iped, ferramenta utilizada pela Polícia Federal para análise de dados digitais. Especialistas apontam que a estrutura do sistema permite agrupar arquivos com trechos semelhantes de dados, o que pode levar documentos diferentes a aparecerem na mesma pasta sem que haja relação direta entre eles.

Em nota, o gabinete de Alexandre de Moraes também contestou, ontem, outra informação divulgada sobre o caso. Segundo o **comunicado**, é "integralmente falsa" a afirmação de que o ministro teria frequentado a casa de Vorcaro em Trancoso, na Bahia. O texto afirma que Moraes "jamais realizou qualquer viagem particular com Daniel Vorcaro" e que nunca esteve na propriedade citada.

Site:

**[https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobrazilien
se/2026/03/09/all.pdf](https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobrazilien
se/2026/03/09/all.pdf)**

Mendonça assume protagonismo

» **FERNANDA STRICKLAND**

A condução das investigações sobre o Banco Master pelo ministro André Mendonça, no Supremo Tribunal Federal (STF), tem provocado forte repercussão no meio jurídico e político nas últimas semanas. Desde que assumiu a relatoria do caso, Mendonça adotou uma linha considerada mais assertiva em relação à gestão anterior do inquérito, incluindo a retirada do sigilo das apurações, a determinação de prisão do banqueiro Daniel Vorcaro e a abertura de investigação sobre vazamentos de informações.

O magistrado, que já é relator dos inquéritos de fraude no **INSS**, indicou que a apuração do Caso Master seguiria o rastro das provas reunidas pelas autoridades, independentemente de quem possa ser citado ao longo das investigações - inclusive, se as evidências eventualmente atingirem integrantes do próprio Supremo.

As referências à Corte surgiram após o vazamento de dados extraídos do celular de Vorcaro. Entre os materiais divulgados estariam mensagens atribuídas ao banqueiro que mencionariam o ministro Alexandre de Moraes. Moraes nega ter recebido as mensagens citadas e classifica as informações divulgadas como falsas. Na avaliação do ministro, a suposta relação com o banqueiro representa uma "ilação mentirosa" com o objetivo de atacar o STF. Outro ponto mencionado no contexto das apurações envolve a advogada Viviane Barci de Moraes. De acordo com informações relacionadas ao caso, ela teria mantido um contrato de quase R\$ 130 milhões para atuar na defesa do banco ligado a Vorcaro.

Entre as decisões de Mendonça que mais repercutiram recentemente está a ordem de prisão de Daniel

Vorcaro, que gerou questionamentos entre especialistas do direito penal sobre a base jurídica da medida. O advogado criminalista Oberdan Costa, especialista em direito penal econômico, avalia que a decisão representa uma postura mais incisiva do relator, mas levanta dúvidas sobre o procedimento adotado para decretar a prisão preventiva.

Segundo o advogado, após a aprovação do chamado pacote anticrime, a decretação de prisão preventiva durante investigações ou processos penais deve ocorrer a partir de pedido da acusação, normalmente apresentado pelo Ministério Público.

Na análise do especialista, existem dois cenários possíveis para explicar a decisão. "O primeiro seria o mais problemático do ponto de vista jurídico: a prisão ter sido decretada diretamente pelo magistrado, sem solicitação formal da acusação. Nesse caso, a medida poderia ser interpretada como uma decisão tomada de ofício, o que não teria amparo no ordenamento jurídico atual", afirmou.

"Um segundo cenário, considerado menos grave, seria a hipótese de a Polícia Federal ter representado pela prisão preventiva e a Procuradoria-Geral da República não ter se manifestado a tempo", pontuou o advogado. Ainda assim, segundo Oberdan, a situação permaneceria incomum, já que o Ministério Público é o titular da ação penal e responsável por pedir formalmente medidas cautelares como a prisão.

Apesar das controvérsias, Mendonça sinalizou que pretende levar as investigações adiante seguindo exclusivamente as evidências reunidas no processo. A postura do relator ocorre em um ambiente considerado sensível, já que o caso envolve possíveis conexões entre o sistema financeiro, autoridades públicas e membros do próprio Judiciário.

O cenário, marcado por vazamentos de informações, disputas institucionais e questionamentos jurídicos, coloca o inquérito do Banco Master entre os episódios mais delicados enfrentados recentemente pela Suprema Corte. O criminalista avalia que os próximos passos da investigação poderão definir não apenas os desdobramentos do caso, mas também os limites institucionais da atuação das autoridades envolvidas.

Embate

A troca de manifestações entre o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e Mendonça nos últimos dias potencializou o clima de tensão institucional no âmbito das investigações relacionadas ao caso do Banco Master. O episódio foi desencadeado por divergências sobre a prisão do banqueiro Daniel Vorcaro.

Em manifestação encaminhada ao STF na última sexta-feira, Gonet respondeu diretamente às críticas feitas por Mendonça na decisão que autorizou a prisão de Vorcaro e de outros alvos investigados pela Polícia Federal. O PGR afirmou que o Ministério Público precisa agir com cautela em medidas que afetam direitos fundamentais.

Mendonça havia criticado a postura da Procuradoria-Geral na análise do pedido de prisão de Vercaro. Na decisão que autorizou a medida, o ministro afirmou que a PGR teria ignorado a urgência e a gravidade dos fatos apresentados pela Polícia Federal ao solicitar mais prazo para se posicionar. Gonet, por sua vez, rebateu a crítica ao detalhar o cronograma de envio dos autos ao Ministério Público. Segundo ele, o prazo concedido para análise foi reduzido diante da complexidade do material.

Enquanto Mendonça defendeu a urgência das medidas solicitadas pela Polícia Federal, Gonet insistiu na necessidade de análise técnica e cautelosa antes de qualquer posicionamento sobre prisões e outras medidas penais.

Nos bastidores, a divergência revela um embate sobre o ritmo e os critérios de condução das investigações envolvendo o Banco Mas-ter, um caso que ganhou grande repercussão e passou a mobilizar diferentes instituições do sistema de Justiça. A manifestação da PGR agora passa a integrar os autos do processo e reforça o debate sobre o papel de cada órgão - Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário - na condução de investigações de grande impacto no país.

Defesa

A equipe de defesa do banqueiro Daniel Vercaro solicitou ao ministro André Mendonça, no fim de semana, que a primeira reunião entre o empresário e seus advogados na Penitenciária Federal de Brasília ocorra sem qualquer tipo de gravação. De acordo com os defensores, desde que a prisão preventiva foi decretada, na última quarta-feira, no âmbito das investigações relacionadas ao Banco Master, ainda não foi possível realizar um encontro reservado com o cliente. O requerimento foi protocolado no STF em um processo que tramita sob sigilo. No documento, os advogados argumentam que a medida é necessária para garantir uma conversa confidencial sobre a estratégia de defesa diante da nova etapa das investigações. A informação foi divulgada inicialmente pela CNN e confirmada pelo jornal O Globo.

No sistema penitenciário federal, as reuniões entre detentos e advogados costumam ser acompanhadas por monitoramento com registro de áudio e vídeo. Por essa razão, a defesa pediu ao relator do caso autorização excepcional para que o primeiro contato com Vercaro ocorra sem esse tipo de controle.

Desde a transferência para a Penitenciária Federal em Brasília, de segurança máxima, o banqueiro está submetido ao chamado período de adaptação às normas da unidade. Essa fase inicial pode se estender por até 20 dias e impõe restrições mais rigorosas à

circulação interna e ao contato externo dos presos recém-chegados, enquanto são incorporados à rotina do estabelecimento. Durante esse intervalo, por exemplo, não é permitido receber familiares ou visitas pessoais.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/09/all.pdf>

PF vai investigar vazamento de dados de Vorcaro

Em nota, a Polícia Federal afirmou que nunca incluiu informações da vida privada do banqueiro Daniel Vorcaro nos relatórios produzidos dentro da investigação sobre irregularidades do Banco Master e que vai abrir inquérito para apurar o vazamento desses dados - que foram enviados à CPI do INSS.

Na nota, a PF destacou que as informações extraídas do celular de Vorcaro foram compartilhadas com a CPI por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e citou que não caberia à corporação "editar conversas, selecionar ou manipular dados extraídos de equipamentos apreendidos, sob pena, inclusive, de violação ao direito ao contraditório e à ampla defesa, constitucionalmente assegurados". AGUIRRE TALENTO/BRASÍLIA

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/09/all.pdf>

Caso Master amplia crise no STF e coloca Corte sob pressão

Tiago Ângelo e Isadora Peron De Brasília

Integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) afirmam que os novos desdobramentos do caso Banco Master colocaram a Corte de vez no centro de uma crise e ampliaram questionamentos em relação à atuação dos ministros. Desta vez, o principal alvo de críticas e suspeitas é Alexandre de Moraes, que tende a sair enfraquecido assim como Dias Toffoli, enquanto André Mendonça, relator das investigações sobre o banco, pode se fortalecer, segundo ministros consultados pelo Valor. Mendonça tem ampliado sua influência desde que assumiu as apurações sobre o Master. Antes, ele já relatava outro importante inquérito que está na Corte: o que trata de desvios do INSS. Página A10

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Guerra impõe conservadorismo na gestão fiscal

Giordanna Neves, Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta

O conflito que se alastra pelo Oriente Médio pode em um primeiro momento trazer surpresas positivas para a arrecadação federal. Mas as incertezas a respeito de impactos em prazos mais longos e o crescimento elevado das despesas obrigatórias recomendam condução mais conservadora da política fiscal neste início de ano. A avaliação é de membros da equipe econômica do governo federal. Uma das alternativas discutidas nos bastidores é adotar uma contenção mais forte de despesas no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP), conhecido como relatório bimestral, cuja divulgação está prevista para ocorrer no dia 24 de maio. A meta de resultado primário este ano é de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o equivalente a R\$ 34,3 bilhões.

As discussões oficiais sobre o relatório bimestral ainda não começaram, e a primeira rodada deverá ocorrer nesta segunda-feira (6). A **Receita Federal** também não consolidou os dados de arrecadação.

Em relação ao conflito do Oriente Médio, num plano mais imediato, a alta do petróleo tem impacto positivo nas contas públicas. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 considera preço médio do tipo Brent de US\$ 64,93 por barril - ele superou neste domingo (8) a barreira de US\$ 100 pela primeira vez em quatro anos. O barril mais caro eleva a arrecadação com as participações do governo na exploração de petróleo.

Além disso, a **inflação** ligeiramente mais elevada também tende a **ajudar** a impulsionar a arrecadação. Por outro lado, a valorização do real poderá atenuar parte desses ganhos: o câmbio está em R\$ 5,26, abaixo da projeção média de R\$ 5,76 considerada na LOA. Ainda assim, a depender dos desdobramentos da guerra, um aumento da aversão ao risco no cenário internacional poderá desencadear busca por ativos considerados mais seguros, pressionando novamente o câmbio.

Há ainda outros pontos em aberto do lado da receita que precisarão ser discutidos na elaboração do relatório bimestral. Um exemplo é o Regime Especial de Tributação para Datacenters (Redata), que previa renúncia de receitas de R\$ 5,2 bilhões com a concessão de isenções tributárias para atrair investimentos ao setor, conforme consta na LOA. A

medida provisória (MP) que instituiu o programa, porém, perdeu validade sem ter sido votada pelo Congresso.

O governo precisou encontrar uma solução jurídica para restabelecer o programa, já que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 veda, neste ano, novos incentivos ou mesmo prorrogação de alguns existentes. A alternativa estudada envolve inserir uma emenda com a proposta em um projeto de lei complementar já em tramitação no Congresso.

Sem o Redata, a estimativa de renúncia de R\$ 5,2 bilhões deixa de existir. Por outro lado, esse ganho não será automático, já que o investimento é incerto sem o benefício.

Outra questão em aberto diz respeito à nova regra de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, acompanhada do aumento da tributação sobre contribuintes de renda mais

alta para compensar a medida. Será preciso acompanhar ao longo dos próximos meses, por exemplo, se a calibragem de fato resultará em neutralidade fiscal, se acabará gerando alguma "gordura" adicional em termos de arrecadação ou se a compensação se mostrará insuficiente.

A dúvida é como incluir todas

essas variáveis nas projeções de receita, que abarcam o ano completo. Se no momento a perspectiva é de arrecadação mais robusta, nada garante que o quadro se manterá ao longo do ano.

No relatório bimestral, podem ser aplicadas duas formas de contenção de gastos: o contingenciamento, caso as projeções de receitas e despesas apontem para o descumprimento da meta fiscal do ano, e o bloqueio, caso as despesas tendam a ultrapassar o limite estabelecido no arcabouço fiscal.

Alguns técnicos avaliam que ainda é cedo para discutir contingenciamento, sobretudo diante de todas essas variáveis que envolvem a arrecadação e que ainda poderão trazer surpresas favoráveis. Por outro lado, o desafio mais imediato será lidar com os bloqueios de despesas, em meio à pressão das despesas obrigatórias. A fila do Instituto Nacional do Seguro

Social (**INSS**) é citada como ponto de atenção. Por envolver um tema sensível em ano eleitoral, haverá esforço para reduzi-la.

Em fevereiro, o **INSS** publicou portaria que nacionaliza a fila de pedidos de benefícios, a fim de ampliar a capacidade de atendimento. Com isso, o órgão passará a priorizar na análise os pedidos previdenciários mais antigos e os benefícios de maior demanda, como Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios por incapacidade. As mudanças, na avaliação de técnicos, poderão trazer pressão às despesas obrigatórias.

Neste ano eleitoral em particular, a tarefa de segurar mais fortemente as despesas tenderá a ser facilitada pelo fato que pelo menos 20 dos 38 ministérios terão troca de comando. Sairão os ministros titulares, que têm maior influência política, e entrarão em campo os secretários-executivos, geralmente quadros técnicos.

Por outro lado, o calendário eleitoral exercerá pressão para que as despesas sejam executadas na primeira metade do ano, pois a transferência de recursos a Estados e municípios para despesas novas é proibida a partir de julho. Além disso, a LDO deste ano estabelece que 65% das emendas parlamentares serão pagas até junho.

O governo já promoveu uma trava nas despesas neste início de ano, por meio do decreto de programação orçamentária e financeira do ano, publicado em janeiro. Nele, foi anunciada a retenção de R\$ 43,4 bilhões do Orçamento de março até novembro, criando uma espécie de "poupança" para eventual contingenciamento ou bloqueio no fim do ano. Se houver surpresas para cima na arrecadação ou para baixo nas despesas, a reserva poderá ser liberada para melhorar o resultado primário.

A medida é vista por técnicos do governo federal como um sinal de compromisso com as metas fiscais, ao "apertar" a execução orçamentária mesmo em ano eleitoral - uma tentativa de responder ao ceticismo de parte do mercado financeiro, que teme expansão de gastos a depender da evolução das pesquisas eleitorais.

Num quadro assim, em que ainda há incertezas, o mais usual é promover uma contenção mais elevada das despesas no início do ano e, a depender da evolução dos fatos, ir liberando gastos, diz uma fonte do governo federal.

Na avaliação do ex-secretário do Tesouro Jefferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA, existe uma série de incertezas para o primeiro bimestre. Além da performance da arrecadação da alíquota

mínima do IR e as instabilidades por causa da guerra, ele lembra da recente decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que impôs limites aos acordos de transação tributária, com os quais o governo quer arrecadar R\$ 20 bilhões.

"Reconhecer potenciais perdas agora pode ser prematuro. Deixar para reconhecê-las mais à frente pode levar à necessidade de elevação da carga tributária ou contingenciamento mais perto da eleição", afirma o economista.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Aposentados - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

EXPECTATIVA

Aposentados e pensionistas, segurados e mantenedores-beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), estão na expectativa de que seja aprovado, pelos deputados federais, o Projeto de Lei nº4434/2008, que dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões, defasados há mais de três décadas, precisamente 34 anos e seis meses. É lastimável que essa punição, maldade, aconteça por todo esse tempo, sem que se proceda à correção de um malfeito que prejudica a vida de milhões de brasileiras e brasileiros, impedidos de viver com a dignidade merecida por tudo que fizeram para o progresso, a ordem e o desenvolvimento do país.

APROVAÇÃO

A aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008 é imperativa. É uma reivindicação dos aposentados e pensionistas que clamam por justiça social e um direito consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que, em seu artigo 201, parágrafo 4º, estabelece: "é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real". Portanto, conceder reajuste inferior ao real é impedir a igualdade, fazendo prevalecer a discriminação entre os segurados e mantenedores-beneficiários do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), vinculados a **Seguridade Social** que abrange as áreas da saúde, da assistência social e da **previdência social**.

DISCRIMINAÇÃO

Os segurados do **INSS** não podem, nem devem ser discriminados na concessão do reajuste dos seus proventos e benefícios. O reajuste anual tem que ser igual para todos, sem exceção. O malfeito praticado no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, a partir de setembro de 1991, há quase 35 anos, tem que ser corrigido. A punição e o massacre imposto aos aposentados e pensionistas não podem permanecer prejudicando vidas de cidadãos e cidadãs brasileiros. Repetimos, a correção do malfeito, com a desvinculação do reajuste com o mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo é imperativa e urgente para o restabelecimento da qualidade de vida daqueles que contribuíram para a **Previdência Social**.

RECURSOS

Não consideramos vitória, mas o restabelecimento da ordem, do direito, a suspensão da retirada de recursos financeiros da conta **Seguridade Social** através do instrumento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU, criada no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que, durante 30 anos, prejudicou as atribuições das áreas de saúde, assistência social e **previdência social**, esta atingida de forma perversa com a redução sistemática de proventos das aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O instrumento DRU deixou de ser validado a partir de dezembro de 2023. Espera-se que o Poder Legislativo não permita o seu retorno, encerrando-o definitivamente.

REIVINDICAÇÃO

A reivindicação dos aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, não pode ser ignorada pelos nossos representantes na Câmara Federal. Não se entende o porquê de tamanha demora para a apreciação, julgamento e decisão dos deputados federais, se a Comissão de **Seguridade Social** e Família já emitiu parecer favorável, com decisão unânime dos participantes. A demora da apreciação em plenário alcançará 17 anos no próximo mês de setembro. Está parecendo que a vida das pessoas que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do país e continuam participando com a mesma intensidade deve ser esquecida. Lembramos que somos eleitores e temos votos decisivos em uma eleição.

CONSIGNADO

A Fundação Petrobrás de **Seguridade Social** - PETROS, com a decisão de suspender o empréstimo consignado aos mantenedores-beneficiários, fundadores do Fundo de Pensão, está punindo quem deveria ter prioridade, assim entendem os ex-empregados da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, os pré70.

MULHER

"A mulher é a harmonia, é a poesia, é a beleza. Sem ela, o mundo não seria assim tão belo. Não seria harmônico" (Papa Francisco).

Por que nova prisão de Vercaro mergulha Brasília na maior tensão desde a Lava Jato

Brasília respira um ar de tensão que não rodeava a capital federal, pelo menos, desde a Operação Lava Jato.

É assim que o clima nos bastidores do mundo político é descrito por analistas após a segunda prisão do banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master, na semana passada.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Vercaro foi preso na nova fase da Operação Compliance Zero pela Polícia Federal no dia 4 de março. Mensagens foram extraídas de seu celular, como parte da investigação da Polícia Federal autorizada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A exposição de sua teia de relações, que transita da direita à esquerda, passando pelo Centrão e pela cúpula do Judiciário, gerou ansiedade em torno de uma eventual delação premiada do banqueiro.

A incerteza sobre o que Vercaro documentou e até onde vão suas conexões, diz o cientista político Lucas de Aragão, sócio da empresa de análise de risco político Arko Advice, torna o atual cenário na capital federal o pior dos últimos muitos anos.

Não se sabe exatamente o que Vercaro tem, o que ele sabia. Ele transitou em grupos políticos que não necessariamente conversavam um com o outro. Pessoas sabem fragmentos e isso gera uma tensão gigantesca em Brasília, comparável ou até maior ao que vimos na Lava Jato, diz.

É uma sensação de que é incontrolável, de que é uma avalanche.

Nas mensagens, Vercaro menciona relações e encontros com autoridades, como o senador Ciro Nogueira (PP-PI), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

De um lado, Vercaro se referia a Nogueira, presidente de um dos maiores partidos do Centrão e ex-ministro de Jair Bolsonaro, como um dos seus grandes amigos de vida.

Mensagens mostram o dono do Master comemorando uma emenda proposta pelo senador que aumentaria a garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão - uma medida que favorecia diretamente o banco e foi chamada por Vercaro de bomba atômica no mercado financeiro.

Além disso, Vercaro chegou a fretar um helicóptero de transporte VIP para Nogueira e Antônio Rueda, presidente do União Brasil, após o Grande Prêmio de Interlagos de Fórmula 1.

O senador negou ter proximidade com o empresário e classificou as ilações como uma mentira fabricada na tentativa de manchar minha biografia.

Do outro lado do espectro, Vercaro também tinha portas abertas no atual governo. Em dezembro de 2024, ele foi levado ao Palácio do Planalto pelo ex-ministro petista Guido Mantega para uma reunião fora da agenda oficial de Lula.

Em mensagens a uma namorada, Vercaro classificou o encontro com Lula, que contou com a presença de três ministros e do atual presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, como ótimo e muito forte.

O Palácio do Planalto confirmou a reunião, mas justificou a visita dizendo que Vercaro foi levado ao local por Mantega. Segundo o governo, Vercaro reclamou da concentração do mercado bancário no país e Lula apenas respondeu que o assunto deveria ser tratado de forma técnica pelo BC.

A teia ainda se estende ao bolsonarismo. Fabiano Zettel, cunhado de Vercaro, operador financeiro e alvo de prisão na operação, foi o maior doador pessoa física da campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2022, injetando R\$ 3 milhões.

Aviões ligados a Vercaro também foram usados por figuras da direita, como o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) durante as últimas eleições. O deputado e seu partido reiteram que, naquele momento, não existia qualquer suspeita pública envolvendo o nome de Vercaro.

Figuras como o ex-governador de São Paulo João Doria também aparecem enviando mensagens de preocupação a Vercaro, pedindo conversas

reservadamente . À CNN Brasil, a assessoria de Doria confirmou o diálogo, mas justificou que a mensagem foi enviada em maio de 2025 e que se tratou apenas de um gesto cordial .

Já a defesa de Vorcaro diz que prisão preventiva do banqueiro ocorreu sem tivesse acesso prévio aos elementos que fundamentaram a medida - e pediu que o STF apresente informações como as datas das mensagens mencionadas na investigação.

Daniel Vorcaro sempre esteve à disposição das autoridades e segue colaborando com as investigações , diz nota da defesa.

O advogado Roberto Podval reclamou do envio das conversas à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS**: Toda a intimidade do Vorcaro e de muitos outros está sendo devassada , afirmou.

O analista político Creomar de Souza, sócio-fundador da consultoria de análise de risco político Dharma, compartilha a percepção sobre a crise e pressão sobre Brasília. Há uma tensão que é inegável , diz.

O caso Master é como balançar um pé de jaca. A impressão é que cai goiaba, uva, laranja, banana , afirma, explicando que a rede de diálogos de Vorcaro se mostra suprapartidária e supraideológica.

Talvez esse seja um dilema de difícil compreensão nesse ambiente de polarização da sociedade brasileira, que ainda é refém dessa ideia de que corrupção tem lado, de que é uma relação dos maus com os bons , continua.

Para Aragão, o que torna o caso Master singular é a sua adaptação a uma nova realidade institucional do Brasil. Ele reflete que, diferentemente do Mensalão ou do início da Lava Jato, épocas em que o Executivo centralizava poder, o Brasil de hoje possui um poder fragmentado.

Desde 2014, pontua o analista, o Congresso Nacional ganhou musculatura, especialmente com as emendas impositivas, e o Judiciário assumiu um protagonismo inédito.

Hoje, se você quer fazer um esquema no Brasil, cooptar só o Executivo já não é mais necessário , explica Aragão. O poder diluído faz com que os esquemas financeiros também precisem ser pulverizados entre diversos atores e instituições. É exatamente isso que as mensagens revelam, diz o analista.

Com as eleições à vista em outubro, partidos correm para se descolar do escândalo, ao mesmo tempo em

que tentam associar o caso aos adversários.

Em uma estratégia de contenção de danos, Valdemar Costa Neto, presidente nacional do PL, minimizou publicamente as doações milionárias feitas à campanha de Jair Bolsonaro pelo cunhado de Vorcaro. Ele argumenta que os repasses ocorreram apenas pela força e prestígio do ex-presidente.

À GloboNews, ele disse que não considera que políticos do partido estejam envolvidos no esquema pelo fato de que nenhuma pessoa o procurou para tratar do assunto. O líder partidário cobrou a instalação imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado para investigar as fraudes.

Do outro lado, o PT tenta atrelar o caso a Bolsonaro. O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), apelidou o caso de BolsoMaster e afirmou que o banco é filho legítimo da gestão anterior e do Banco Central, sob a presidência de Roberto Campos Neto.

Vorcaro era um pequeno banqueiro e, através de articulações criadas dentro do governo Bolsonaro, com a proteção do Banco Central, se tornou um banqueiro bilionário , declarou.

Um interlocutor do presidente Lula ouvido pela BBC News Brasil disse que a avaliação no Palácio do Planalto é de que o governo estaria protegido contra uma tentativa da oposição atribuir o caso Master à atual administração petista.

Segundo ele, o governo vem reforçando, inclusive com discursos de Lula, a imagem de que foi durante o governo petista que o caso passou a ser investigado.

O problema é que essa descoberta vem no terceiro ano de governo, o que, em algum sentido, mostra que ambos os lados tem suas inconsistências , aponta Creomar de Souza.

O analista alerta que a tentativa de partidizar a corrupção neste caso pode ser um tiro no pé. Creio que todos os lados são frágeis na atual conjuntura , afirma.

Para ele, os dois principais grupos que se envolvem na eleição, cujo cenário vai se desenhando em torno de Lula e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, tem motivos para serem bastante cautelosos com os desdobramentos da crise.

Flávio Bolsonaro tem sido muito discreto em tocar no tema Banco Master, porque, em algum sentido, parece que há atores com os quais ele e o pai tiveram uma

relação muito próxima. Casos, por exemplo, de Ciro Nogueira e de Antônio Rueda, com um grande número de citações. Isso os fragiliza, analisa.

De outro lado, o problema para o governo federal é outro. O PT é o grande perdedor na narrativa da Lava Jato. Quer dizer, o partido se torna o alvo e gera um passivo acerca do que é corrupção, que o bolsonarismo explorou muito bem até aqui, diz.

Para Lucas de Aragão, o impacto nas eleições respinga em todos os lados, mas é pior para quem está sentado na cadeira presidencial.

Quando você tem um super escândalo no país e você é o incumbente, isso gera questionamentos. E quando você tem a principal corte do país, que ainda é percebida por boa parte da população como mais alinhado ao governo, também é muito ruim, afirma.

A gravidade para o Palácio do Planalto se multiplica com o avanço da investigação sobre fraudes no **INSS**, que tem como um dos principais alvos Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Lula.

Lulinha é suspeito de recebimento de valores de lobistas envolvidos nas fraudes e já teve seus sigilos bancário e fiscal quebrados por ordem do STF e da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS**.

Segundo dados da CPMI revelados pelo portal Metrôpoles e confirmados pela BBC News Brasil, o filho de Lula movimentou, em transações bancárias, R\$ 19,5 milhões em quatro anos - de janeiro de 2022 a janeiro deste ano, foram 9,774 milhões em crédito (que entraram na conta) e 9,758 milhões em débito (que saíram).

A defesa de Lulinha reagiu ao vazamento por meio de uma nota, em que diz que as fontes de renda são legítimas e que é gritante a ausência de menção a qualquer elemento ligado às fraudes do **INSS**, o alegado objeto investigativo da quebra de sigilo.

Questionado sobre o assunto em dezembro, Lula declarou que todas as pessoas envolvidas no esquema de desconto ilegal de benefícios do **INSS** seriam investigadas.

Você imagina se amanhã o filho do presidente da República é preso por corrupção? Isso vai gerar um desconforto enorme, diz Aragão.

Creomar de Souza projeta que as consequências eleitorais podem ser ainda mais drásticas do que a simples perda de votos para Lula ou Flávio Bolsonaro.

Ele enxerga no caso Master os ingredientes para uma tempestade perfeita que reavive o sentimento antipolítico na sociedade brasileira, semelhante ao que elegeu Fernando Collor no passado ou Jair Bolsonaro em 2018.

Abre-se o risco de que haja mais um momento de perda generalizada de confiança da cidadania nas instituições, alerta Souza.

Para o analista, o cenário pode pavimentar o caminho para a ascensão de um bolsonarismo 2.0 ou de candidatos outsiders, ou seja, que vendam a imagem de ruptura total com o sistema. Ele cita o exemplo de Pablo Marçal nas eleições municipais de São Paulo, que conseguiu engajar o eleitorado conservador criticando o próprio Bolsonaro por ter se tornado mainstream.

Em Brasília, se o Legislativo e o Executivo estão em alerta máximo, a pressão também recai sobre o STF, que enfrenta uma crise de imagem sem precedentes com o caso Master.

O ministro Dias Toffoli, primeiro relator do inquérito do Banco Master, foi constrangido a deixar o caso em reunião conduzida pelo atual presidente do STF, Edson Fachin, com todos os ministros, após ser revelado que um fundo ligado ao Master comprou parte de um resort no Paraná que pertencia a uma empresa de Toffoli e dois irmãos do ministro.

Toffoli admitiu ser sócio da empresa, mas o ministro nega qualquer irregularidade na transação ou ter qualquer relação de amizade com o banqueiro.

Já Alexandre de Moraes virou alvo de críticas após sua esposa, a advogada Viviane Barci de Moraes, ter mantido um contrato de R\$ 129 milhões com Master. Agora, novas informações vazadas da investigação ampliaram os indícios de conexão entre Moraes e Vercaro.

Vercaro relatou em mensagens ter se encontrado com Moraes durante um feriado em Campos do Jordão e que teria falado com o ministro no dia de sua primeira prisão, em 17 de novembro de 2025.

Em nota na sexta-feira (6/3), o gabinete de Moraes disse que análise técnica realizada nos dados telemáticos de Daniel Vercaro, tornados públicos pela CPMI do **INSS**, constatou que as mensagens de visualização única enviadas por ele no dia 17 de novembro de 2025 não conferem com os contatos do ministro Alexandre de Moraes nos arquivos apreendidos.

Segundo o gabinete do ministro, os prints dessas

mensagens enviadas por Vorcaro estão vinculadas a pastas de outras pessoas de sua lista de contatos e não constam como direcionadas ao ministro Alexandre de Moraes .

O STF também já havia afirmado em nota que o escritório de Viviane Barci de Moraes jamais atuou na operação de aquisição do Banco Master pelo BRB perante o Banco Central .

Moraes também justificou que as reuniões que teve com o presidente do BC, Gabriel Galípolo, não foram para tratar do Master, mas sim dos efeitos das sanções da Lei Magnitsky contra ele e sua esposa.

Com a saída de Toffoli, o inquérito ficou nas mãos do ministro André Mendonça, indicado por Jair Bolsonaro.

Segundo fontes ouvidas pela BBC News Brasil com interlocução com o presidente do STF, Edson Fachin, há expectativa de que a atuação de Mendonça possa melhorar o forte desgaste causado na imagem do Supremo devido às supostas conexões de Toffoli e Moraes. Por outro lado, há temores do abalo que a Corte pode sofrer com novas revelações envolvendo ministros.

André Mendonça hoje talvez seja a figura mais relevante do processo político, tanto no Judiciário por ser relator, quanto no Legislativo quanto no Executivo , avalia Lucas de Aragão.

Creomar de Souza adverte, contudo, que a posição de Mendonça é uma faca de dois gumes. O dilema para o ministro André Mendonça é um dilema muito semelhante pelo qual passaram alguns ministros de que à medida que há um excesso de visibilidade sobre o trabalho, há um excesso de procura por vulnerabilidades , reflete Souza.

Para o analista, o grande desafio de Mendonça será provar que está mais interessado em prover justiça do que prover revanchismo .

O fato de que um ator político tenha o nome na agenda do celular do Vorcaro não necessariamente significaria dizer que esse ator político está envolvido em algum tipo de ação ou situação escusa, inclusive no que diz respeito a um encontro pessoal ou algo do gênero , diz o analista.

O problema é que o Brasil vive há mais de uma década um clima de constante crise política e nessa constante crise política, há um desgaste da confiança do cidadão comum na lisura do comportamento dos atores institucionais.

Schreiber, da BBC News Brasil em Brasília.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2026/03/7370974-por-que-nova-prisao-de-vorcaro-mergulha-brasilia-na-maior-tensao-desde-a-lava-jato.html>

*Com reportagem de Leandro Prazeres e Mariana

"Brasil pode estar entrando em um megaciclo", diz WHG

Eventuais efeitos inflacionários da guerra no Oriente Médio podem ser apenas um pequeno desvio de uma história muito mais poderosa na trajetória da **inflação** global. Na visão da WHG, os impactos da adoção da inteligência artificial (IA) no mercado de trabalho dos EUA podem ser semelhantes ao que ocorreu durante a globalização no fim do século 20, quando operários viram cair suas oportunidades de trabalho com a concorrência da China e de países ex-comunistas. Desta vez, a IA pode produzir algo semelhante, mas para os trabalhadores de "colarinho branco" - qualificados e de maior renda.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Esta mudança no mercado de trabalho se refletiria em uma **inflação** mais baixa no mundo, com resposta das políticas monetária e fiscal por parte de governos, além de um dólar mais fraco. O Brasil estaria bem posicionado por estar exposto a temas caros ao novo paradigma. O rali observado na bolsa é um sintoma, na visão de Andrew Reider, gestor da WHG, de que o mercado já privilegia os temas e, caso a tese se prove estrutural, os "valuations" das ações locais ainda estão baratos.

O executivo conversou com o Valor ao lado de Fernando Fenolio, economista-chefe da gestora de fortunas. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Como monitorar a guerra no Oriente Médio e tentar prever quão próxima ela estará do fim?

Fernando Fenolio: Essa guerra começou com o mercado acreditando que seria algo breve e rápido, talvez usando como referência o que aconteceu na Venezuela. Ficou claro que não funciona bem dessa forma e por isso houve um choque no mercado, pelo entendimento que a guerra pode se arrastar mais. Valor: Por quê?

Fenolio: O Irã ainda tem uma capacidade militar razoável, pelo menos até o momento. E parecem buscar dois objetivos: destruir a infraestrutura de energia e, assim, pressionar o Ocidente, apertando as condições econômicas e gerando **inflação**. O segundo é ter mais capacidade balística de ataque do que os países da região têm interceptores de defesa. Em algum momento, os interceptores podem se esgotar, enquanto os mísseis de ataque continuariam. Nesse

cenário, países da região - que têm boa relação com os EUA - poderiam chamar os americanos para negociar uma saída para o conflito.

Valor: O que está nas expectativas do mercado?

Fenolio: Hoje o mercado parece assumir que a guerra termina rapidamente. Talvez essa probabilidade esteja alta demais. Existe o risco de o conflito se arrastar por mais tempo, com episódios intermitentes de volatilidade, alta do petróleo e danos mais permanentes à infraestrutura de energia. O Estreito de Ormuz continua oficialmente aberto, mas há uma questão prática: quem estará disposto a passar um navio petroleiro por ali em um ambiente de risco? Uma coisa é dizer que o seguro cobre ou que o governo americano dará garantias. Outra é alguém realmente navegar por uma rota potencialmente minada. Não é tão simples. Existe uma chance de que o conflito demore mais e esse me parece ser o principal risco neste momento.

Valor: Os mercados vinham em uma busca por diversificação para fora dos EUA antes da guerra. O movimento faz sentido?

Andrew Reider: Sim. Há dois movimentos que se relacionam. O primeiro é um questionamento amplo sobre tudo que envolve tecnologia, diante da possível disrupção causada pela IA. O mercado passou a discutir quem são os vencedores e os perdedores. Isso começa nas "mega caps", que estão gastando volumes enormes de "Capex", e se estende para software e para todo o ecossistema de IA. Ao mesmo tempo, vários subsetores começam a aparecer como potenciais perdedores da IA - praticamente um novo a cada semana.

Valor: Quais são as implicações? Reider: Isso inverte um pouco a lógica com a qual fomos treinados como investidores. Tradicionalmente, empresas "asset light", com alto retorno sobre o capital e barreiras de entrada como marca ou rede de distribuição, eram consideradas as melhores. Já empresas intensivas em capital, cíclicas ou ligadas a commodities costumavam ser vistas como menos atraentes. A lógica começa a se inverter.

Valor: Como se proteger?

Reider: Uma resposta tem sido o chamado "AI físico". A ideia é investir em ativos reais que se beneficiam desse ciclo de Capex: empresas de infraestrutura, energia, renováveis, solar, baterias, além de commodities. São setores ligados à expansão física necessária para sustentar a revolução da IA.

Valor: Como avaliam os impactos desta revolução de IA?

Reider: Toda essa transformação pode gerar uma força desinflacionária forte. O fenômeno pode ser comparado ao impacto da globalização sobre a classe operária quando economias ex-comunistas - como China, Sudeste Asiático e Leste Europeu - passaram a competir com custos de trabalho muito mais baixos do que os da Europa Ocidental e dos EUA. Aquilo pressionou salários e gerou desemprego em alguns setores. A analogia é que a IA pode produzir algo semelhante no mercado de trabalho de colarinho branco. E esse grupo é ainda mais relevante em termos de renda, consumo e poupança. Se isso acontecer, pode haver mudanças importantes na economia. Se a **inflação** cair, é provável que haja reação de política monetária e fiscal por parte de Tesouros e bancos centrais. O mercado já começa a olhar para esse segundo passo. Nesse contexto, faz sentido comprar ativos reais e ativos de países com juros mais altos, porque um ambiente de **inflação** global mais baixa tende a reduzir juros no mundo inteiro e a enfraquecer o dólar.

Valor: Como o Brasil se situa? Reider: O Brasil acaba se beneficiando dessas duas dimensões: **inflação** global mais baixa e abundância de ativos reais. Esse é o novo paradigma que começa a se formar. O problema é que vários desses "trades" ficaram consensuais. Quando veio o choque relacionado ao Irã, ativos que não tinham relação direta com o conflito acabaram caindo de forma desproporcional. A Coreia, por exemplo, caiu cerca de 10% em dois dias em algumas ações. O Brasil, que havia se tornado um dos queridinhos do mercado, também sofreu bastante.

Valor: Como se posicionar se o efeito da guerra for passageiro?

Reider: Assumindo que esse choque seja pontual e que o mundo volte ao cenário anterior, a ideia seria gradualmente reconstruir algumas posições consensuais nas quais ainda acreditamos dentro desse novo paradigma. Temos, por exemplo, vários nomes na Coreia de que gostamos. O Brasil também é uma geografia que pode se beneficiar desse ambiente. Além disso, há empresas ligadas a ativos reais - como commodities e infraestrutura - que parecem bem posicionadas nesse cenário. Também continuamos olhando para empresas de tecnologia que se

beneficiam diretamente do ciclo de Capex em IA.

Valor: As ações brasileiras tiveram um rali importante nos últimos meses. Estão caras?

Reider: Temos uma visão do que é caro ou barato um pouco diferente da tradicional. No Brasil, por exemplo, o valuation do índice saiu do intervalo histórico recente. Alguém pode olhar para isso e concluir que já ficou caro. Para nós, a análise é parecida com a de qualquer empresa no mundo: se o valuation mudou, pode ser porque algo estrutural também mudou. Pode haver um novo paradigma. Há cerca de 15 anos, investidores locais repetem a pergunta: quando o investidor estrangeiro vai voltar para o Brasil? Quando Bolsonaro foi eleito, dizia-se que viria, porque havia um governo mais à direita. Não veio. Depois da pandemia, falava-se que viria com a reabertura e o ciclo de commodities. Também não veio. Agora, talvez exista finalmente um paradigma em que faz sentido olhar para o Brasil dentro de um contexto global. É um cenário em que o país pode se beneficiar por vários lados. Lembra um pouco o período de 2003 a 2011, no auge do boom de emergentes, com China

e commodities. Dito isso, é claro que existem fundamentos por trás dessa narrativa, mas também é verdade que o mercado muitas vezes anda um pouco à frente deles. Correções podem acontecer.

Valor: Os níveis de preço não são uma preocupação imediata?

Reider: A pergunta central é: existe um novo paradigma que justifique a mudança de valuation? Se a resposta for sim, o nível atual de preços não é particularmente preocupante. O que o mercado parece estar dizendo hoje é que o Brasil pode estar entrando em um novo megaciclo. Se isso se confirmar, pode ser que, no futuro, as empresas olhem para trás e digam que os preços atuais eram muito baratos - mesmo depois da alta recente. É essa probabilidade que o mercado começa a precificar.

Valor: As questões domésticas, como eleições e fiscal, parecem importar menos neste momento?

Reider: Isso acaba sendo uma oportunidade de compra que o estrangeiro está observando. Como o local está muito focado na eleição, o posicionamento ainda não é tão elevado. Claro que um governo responsável ajuda e faz diferença. Mas, se tivermos uma desinflação muito forte no mundo por causa da IA, os juros no Brasil tenderiam a cair. Esse movimento provavelmente teria um peso muito maior do que outros temas. Muitos dos receios fiscais que hoje existem globalmente poderiam desaparecer rapidamente em um cenário de desinflação estrutural.

Por isso, esse tema talvez seja mais relevante do que as preocupações atuais. A grande dúvida é se isso realmente vai acontecer nessa magnitude e nessa velocidade.

Valor:

Esse mundo é de dólar forte ou fraco?

Reider: Se esse mundo mais baseado em agentes de IA e em um ambiente estruturalmente desinflacionário se confirmar, a tendência é que prevaleça a ideia de que o Fed acabará cortando juros, possivelmente em um contexto de maior desemprego nos EUA. O mercado começou a migrar para a ideia de IA física - ou seja, ativos ligados à infraestrutura física necessária para sustentar esse avanço tecnológico. Nesse cenário, emergentes e negócios mais intensivos em capital tendem a se beneficiar. Assim, o mais provável seria um dólar estruturalmente mais fraco.

O estímulo eleitoral inviável de Trump

(Artigo)

Desmond Lachman

Formuladores de políticas de mercados emergentes são conhecidos por ignorarem as vulnerabilidades econômicas durante os períodos de prosperidade, criando assim as condições para crises periódicas nos mercados de títulos e cambiais quando o boom vira recessão. Os esforços do presidente Donald Trump para estimular a economia dos EUA antes das eleições de meio de mandato de novembro - sem se importar com a saúde fiscal do país - refletem uma visão igualmente míope. A diferença é que uma crise ao estilo dos mercados emergentes nos EUA teria repercussões em todo o mundo.

Embora Trump pareça estar em negação sobre o mau estado das finanças públicas dos EUA, o último relatório do Departamento Orçamentário do Congresso (CBO, na sigla em inglês), órgão apartidário, divulgado no mês passado, mostra que as perspectivas fiscais se deterioraram desde que Trump voltou à Casa Branca no ano passado. O déficit projetado pelo CBO para 2026 aumentou cerca de US\$ 100 bilhões (ou 8%) em relação à previsão de janeiro de 2025, e o déficit acumulado no período de 2026 a 2035 é agora US\$ 1,4 trilhão (ou 6%) maior. Isto significa que o déficit orçamentário dos EUA chegará a US\$ 1,9 bi este ano e aumentará para impressionantes US\$ 3,1 bi - 6,7% do **PIB** - em uma década.

O déficit orçamentário dos EUA está a caminho de atingir uma média de cerca de 6% do **PIB** nos próximos dez anos - o dobro do nível (cerca de 3% do **PIB**) considerado consistente com a estabilidade da dívida pública. Isto levaria a proporção da dívida pública em relação ao **PIB** dos atuais 100% para 108% em 2030 e para inéditos 120% em 2036. O CBO também alerta que os saldos de dois importantes fundos fiduciários - o Rodoviário e o de Seguro de Velhice e Sobrevivência da **Previdência Social** - se esgotarão em 2028 e 2032, respectivamente.

Longe de resolver as finanças públicas comprometidas, Trump segue piorando a situação. Além de pedir um aumento de US\$ 500 bi no orçamento de defesa nos próximos dois anos, ele está buscando maneiras de impulsionar a economia antes de novembro, na esperança de reconquistar eleitores cada vez mais insatisfeitos com a sua gestão econômicas - como a questão do custo de vida. Não

ajuda o fato de a única área em que o governo Trump cortou drasticamente gastos ser a dos programas dos quais os americanos dependem, como os serviços de saúde.

Trump espera que os próximos reembolsos de **impostos** ligados à One Big Beautiful Bill, que ele sancionou no ano passado, apaziguem os eleitores, aparentemente sem se preocupar com o fato de que a lei adicionará mais de US\$ 3 trilhões ao déficit orçamentário na próxima década. Tudo o que importa é manter o controle do Congresso - juntamente com novas restrições ao voto -, fazendo com que os americanos se sintam mais ricos o suficiente para votarem nos lacaios republicanos dele.

Esse foi o objetivo dos cheques de "dividendos" de US\$ 2 mil que Trump prometeu à maioria das famílias americanas em novembro. Embora essa promessa tenha ficado paralisada, Trump pode considerar enviar os pagamentos - ou fazer novas promessas - na véspera da votação. A decisão da Suprema Corte de que o uso de poderes de emergência por Trump para impor tarifas "recíprocas" excedeu sua autoridade atrapalha esse plano - e ameaça aumentar ainda mais o déficit, especialmente se o governo tiver de reembolsar as tarifas pagas. O Comitê para um Orçamento Federal Responsável estima que a decisão pode adicionar cerca de US\$ 2 tri à dívida pública dos EUA na próxima década.

O aumento projetado na proporção da dívida/**PIB** chama atenção para o que há muito distingue os EUA de outros países, sobretudo das economias emergentes: a forte procura internacional pelos seus títulos. Hoje, bancos centrais estrangeiros, fundos de pensões e investidores privados detêm US\$ 8,5 bi em títulos do Tesouro dos EUA, cerca de 30% do total. Numa época em que os EUA registam déficit orçamentário anual de quase US\$ 2 bi e têm US\$ 9 bi em títulos vencendo este ano, é essencial manter a confiança desses investidores na credibilidade dos EUA. Mas Trump na prática está minando-a.

Desde os ataques dele à independência do Federal Reserve (que levantam receios de que os EUA tentem inflacionar suas dívidas) até sua política externa agressiva, difamação de aliados e uso das finanças como arma, a lista de episódios que destroem a confiança é longa. As reflexões periódicas de Trump

sobre tributar pagamentos de juros do Tesouro a detentores de obrigações em países que tributam "injustamente" empresas americanas só pioram a situação.

Trump parece pouco perturbado pelos sinais de queda da confiança dos investidores, como o enfraquecimento do dólar e os preços recordes do ouro. Mas os avisos dele de "grande retaliação" se a Europa vender títulos do Tesouro americano em resposta às suas ameaças de anexar a Groenlândia - das quais ele logo recuou - sugerem que ele está ciente da vulnerabilidade que o crescente endividamento dos EUA representa.

Mas Trump continua a seguir o tipo de políticas econômicas equivocadas que é mais comum em economias de mercado emergentes - o tipo que piora as perspectivas econômicas de longo prazo e torna mais provável uma crise no mercado de títulos. Por exemplo, sua política caótica e agressiva de tarifas de importação aumentou a incerteza econômica e limitou os benefícios da vantagem comparativa derivados do comércio internacional, e sua política de imigração excessivamente agressiva corre o risco de criar escassez de trabalhadores, especialmente de mão de obra qualificada.

De modo semelhante, os cortes de Trump no financiamento do ensino superior e pesquisa vão corroer as bases da liderança tecnológica dos EUA. E suas políticas industriais, incluindo a aquisição de participação de 10% na Intel e a reivindicação de uma taxa de 15% nas vendas de chips da Nvidia à China, certamente vão distorcer a tomada de decisões pelos investidores. Tudo isto irá impedir a capacidade dos Estados Unidos de maximizar os benefícios da revolução da IA.

Uma piada antiga em Wall Street é que o rio mais longo nas economias de mercado emergentes é o "de-nile" (trocadilho com a sonoridade de "denial" e Nilo, em inglês, para negacionismo). Um grande afluente dele agora atravessa os EUA, trazendo o risco de desastres nos mercados de títulos e do dólar. Considerando que os EUA representam 25% do **PIB** mundial, Trump está colocando a economia global em risco.

Desmond Lachman (Tradução de Fabrício Calado Moreira) , membro-sênior do American Enterprise Institute, é ex-diretor adjunto do Departamento de Desenvolvimento e Revisão de Políticas do FMI e ex-estrategista-chefe de economia de mercados emergentes da Sal

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Governo prepara medidas para baixar juros do crédito consignado para CLT e aposentado do INSS

Thaís Barcellos

Em um momento de alta no endividamento das famílias e em ano eleitoral, o governo Lula prepara medidas para reduzir os juros dos empréstimos consignados para o setor privado (trabalhadores CLT) e aposentados do **INSS**. Um ano após o lançamento do novo modelo para trabalhadores com carteira assinada, o plano do Ministério do Trabalho é limitar a taxa de juros ainda este mês. Está marcada uma reunião do comitê da modalidade para esta semana.

Além disso, com aval da Fazenda, o governo pediu à Dataprev, estatal de processamento de dados do governo federal, para acelerar os ajustes de sistema a fim de que, entre abril e maio, os trabalhadores possam ofertar o saldo do FGTS como garantia nessa modalidade de crédito. No Ministério da Previdência, a orientação foi para desenvolver uma plataforma, dentro do aplicativo Meu **INSS**, para oferta de consignado para aposentados por meio de um leilão entre os bancos, visando forçar uma queda na taxa para os beneficiários.

No caso do consignado privado, o novo modelo, chamado "Crédito do Trabalhador", que vai fazer um ano no dia 21 de março, foi lançado pelo governo como uma agenda de apelo popular, de olho na eleição deste ano. Os números, em geral, são celebrados pelo Palácio do Planalto, mas a taxa de juros ainda é um ponto de incômodo, embora tenha baixado em relação aos primeiros meses.

O saldo de crédito era de R\$ 110 bilhões no fim de fevereiro, dos quais R\$ 77 bilhões referiam-se a empréstimos novos, quando a expectativa inicial era que só se ultrapassasse a marca de R\$ 100 bilhões no fim deste ano. Quase 9 milhões de trabalhadores foram beneficiados, com 19 milhões de contratos.

Em relação ao custo, o entendimento é que tem se mostrado um crédito barato, de alternativa ao cheque especial, por exemplo, cuja taxa foi de 7,5% ao mês em janeiro, mas ainda tem algumas distorções. O juro médio no consignado privado chegou a 3,26% ao mês após um ano, de acordo com o Ministério do Trabalho. Mas o governo acredita que seria razoável um

percentual abaixo de 3%.

A avaliação é que há abusos de parte de algumas instituições financeiras, que chegam a ter taxas de 8%. O argumento dos técnicos é que essas empresas utilizam sistemas automatizados e não fazem a análise de risco adequada, com o objetivo de ganhar o cliente pela agilidade.

O governo planeja fazer campanhas de esclarecimentos sobre o assunto, mas acredita que será necessário estabelecer parâmetros de juros para a modalidade, diante do baixo risco em relação a outros empréstimos. A decisão está praticamente tomada, mas o governo discute a melhor solução para evitar que uma mudança radical prejudique o acesso de trabalhadores de renda mais baixa ou funcionários de empresas pequenas.

A ideia mais provável é optar por um limite que não seja fixo, mas que leve em conta a média do mercado e que não permita situações muito fora da prática, usando ferramentas estatísticas que levem em conta o chamado "desvio padrão", que grosso modo é quanto algo está distante de um comportamento médio.

Assim, à medida que os abusos forem sendo coibidos, essa banda deve cair também, já que a referência seria a média. Esse era o modelo defendido pelo ex-secretário da Fazenda Marcos Pinto, que deixou a pasta no fim do ano passado. Essa banda pode também não ser restritiva, mas servir de gatilho para um alerta ao consumidor de que a oferta pode ser abusiva. Por fim, não está descartado um teto fixo.

Pelo modelo, os trabalhadores podem acessar o consignado via plataforma, em sistema de leilão, ou diretamente nos bancos, sem a necessidade de convênio entre os empregadores e instituições - como era até o ano passado.

Além disso, o governo quer acelerar os procedimentos para que os trabalhadores possam usar o saldo do FGTS como garantia do empréstimo, previsto inicialmente para junho. Agora, pode sair entre abril e maio.

O Ministério do Trabalho defende que só seja possível usá-lo nos contratos feitos dentro da Carteira de Trabalho Digital. A estratégia é para evitar abusos dos bancos em negociações bilaterais e também para forçar a concorrência no leilão da plataforma, de modo que o trabalhador possa escolher se vale a pena ou não usar o saldo do fundo.

Hoje, já é permitido usar até 10% do saldo do FGTS em garantia de empréstimo, mas o sistema ainda não foi preparado. Só é autorizado ofertar multa de 40% do saldo do FGTS nas demissões sem justa causa no consignado. Com a mudança, na hora de tomar o empréstimo, será feita uma projeção de quanto seria a multa, junto com a parte do saldo, e o trabalhador poderá optar em usar toda a garantia, para obter uma taxa mais baixa.

Se continuar com carteira assinada, vai acumulando e, no futuro, poderá usar a garantia adicional, explicou um técnico a par do assunto. Ele esclareceu que o uso do FGTS como garantia será opcional. Mas em caso de demissão, todo o valor ofertado será executado pelo banco credor. A Caixa Econômica Federal, operadora do FGTS, e as empresas terão que adaptar seus sistemas. Já para os bancos, não haverá mudança significativa.

A Dataprev também está acelerando os trabalhos para permitir migração automática dos contratos de consignado em caso de demissão para trabalhar em outra empresa, entre abril e maio. Essas medidas já estão previstas, mas ainda não estão em vigor. O risco da demissão pressiona as taxas para cima.

Para os aposentados, a plataforma para acesso ao consignado continuará sendo o aplicativo Meu **INSS**, que também passará por ajustes. A novidade é que os beneficiários poderão pedir o empréstimo em esquema de leilão entre os bancos, como acontece no consignado privado, e fechar a operação com a instituição que oferecer a menor taxa. Hoje isso não é possível.

Segundo técnicos a par do assunto, a modalidade para os beneficiários do **INSS** exige menos variáveis, o que pode tornar o processo mais rápido. No consignado do **INSS**, por exemplo, já há teto para os juros e não há risco de perda de emprego. A taxa máxima, atualmente, é de 1,85% ao mês.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/03/09/governo-prepara-medidas-para-baixar-juros-do-credito-consignado-para-clt-e-aposentado-do-inss.ghtml>

Previdências resistem a reformas em 55% de Estados e municípios

Simão

Seis anos após a promulgação da reforma da Previdência, Estados e municípios ainda resistem a promover mudanças significativas, como a fixação de idade mínima de aposentadoria, nos regimes previdenciários de seus servidores e, com isso, equiparar suas regras às válidas para os trabalhadores do governo federal e da iniciativa privada.

Segundo dados do Ministério da Previdência, atualmente existem 2.131 regimes próprios de previdência de Estados e municípios. Desses, mais da metade (1.190, ou 54,84%) não realizou uma reforma ampla de seus regimes previdenciários, enquanto 941, ou 44,2%, promoveram mudanças.

A principal dificuldade para a implementação da reforma é a resistência à aprovação nas Assembleias Legislativas e Câmaras municipais, por se tratar de uma medida impopular. O problema é mais acentuado nas administrações municipais.

As mudanças contribuiriam para dar sustentabilidade aos regimes no longo prazo, especialmente em um momento em que há temor de que investimentos como os realizados por 18 Estados e municípios em letras financeiras emitidas pelo Banco Master, liquidado em novembro do ano passado, possam gerar prejuízos no futuro.

Dos 2.131 regimes próprios, 2.078 são municipais, dos quais 56,3% (1.170) não aprovaram reformas. Nos Estados, o cenário é mais favorável. Das 27 unidades federativas, 21 já tiraram do papel uma reforma ampla. Apenas Distrito Federal, Pernambuco, Roraima, Amapá, Amazonas e Maranhão ainda não aprovaram mudanças abrangentes.

Em entrevista ao Valor, a coordenadora-geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, da Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da **Previdência Social**, Cláudia Fernanda Iten, afirmou que, diante do fato de que apenas 20 entes com regimes de previdência próprios não apresentam déficit atuarial, o percentual dos que promoveram uma reforma ampla ainda é baixo.

A expectativa da coordenadora, no entanto, é a adesão dos municípios aos critérios estabelecidos na reforma da Previdência cresça neste ano. Isso porque a Emenda Constitucional 136/ 2025, que reabriu o prazo para os municípios parcelarem durante

25 anos as suas dívidas com a Previdência, prevê que a adesão dos entes está atrelada a aprovação de reforma nos moldes da União em até 15 meses, ou seja, até o dia 10 de dezembro deste ano. O prazo para adesão ao parcelamento termina em agosto.

"Quem fizer o parcelamento especial tem que comprovar a reforma. Vemos isso como mais um motivador para a reforma. Hoje, 44% dos entes promoveram reformas e acreditamos que vamos alcançar um percentual maior", frisou Cláudia Iten.

Déficit elevado

Dados do Anuário dos RPPS de 2023 mostram que o déficit atuarial - desequilíbrio financeiro de longo prazo - alcançava R\$ 5 trilhões, sendo R\$ 1,6 trilhão da União, R\$ 2,4 trilhões dos Estados e do Distrito Federal e R\$ 1,1 trilhão dos municípios. Já o déficit financeiro - que considera apenas o resultado apurado no ano - foi de R\$ 155 bilhões, sendo R\$ 62,8 bilhões

da União e do FCDF e R\$ 92,6 bilhões dos governos regionais.

"Os dados mostram a gravidade do problema. Em 2023 - último ano com informações disponíveis -, o resultado financeiro dos RPPS de Estados e municípios [sem incluir militares] foi negativo em R\$ 92 bilhões. Já o resultado atuarial apresentou déficit de R\$ 3,5 trilhões. Isso é literalmente uma bomba-relógio", destacou o professor da Faculdade de Economia e Administração da USP Luís Eduardo Afonso.

Em 2023, havia 5,1 milhões de servidores ativos, sendo 800 mil da União, 1,7 milhão dos Estados e 2,6 milhões dos municípios. No que se refere aos beneficiários, dos 4,2 milhões existentes, 800 mil eram da União, 2,1

milhões, dos Estados, e 1,2 milhão, dos municípios.

O professor da USP frisou ainda que é necessário

mudar a legislação para que Estados e municípios sigam, no mínimo, as regras adotadas pela União.

"Há mais de 2 mil RPPS, muitos deles em municípios muito pequenos, sem condições gerenciais para cuidar de seus regimes previdenciários. E, novamente enfatizo, isso ocorre sem a devida atenção da sociedade", afirmou o economista.

Em 2019, com o objetivo de dar sustentabilidade à **Previdência Social** no longo prazo, diante do envelhecimento da população - que vive cada vez mais - e da redução da taxa de natalidade, o governo federal propôs mudanças nas regras de aposentadorias e pensões. Após meses de discussões e ajustes no texto, as medidas foram promulgadas pelo Congresso Nacional.

Uma das principais mudanças foi o estabelecimento da idade mínima de aposentadoria, fixada em 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Também houve alterações nos critérios de cálculo do valor dos benefícios e nas regras de pensões, além da equiparação das regras de aposentadoria entre trabalhadores da iniciativa privada e **servidores públicos**.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Taxação de bets volta ao debate

» **EDUARDA ESPOSITO**

A proposta de criar uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para tributar casas de apostas on-line, as chamadas bets, ganhou novo fôlego no Congresso. A ideia, originalmente apresentada pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) para financiar o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), enfrenta resistência do setor, mas tem atraído apoio entre parlamentares.

A estimativa é de arrecadação de cerca de R\$ 30 bilhões por ano até a entrada em vigor do Imposto Seletivo previsto na **reforma tributária**, cuja implementação completa ocorrerá em 2033.

Embora a medida tenha sido retirada da versão final da Lei Anti-facção na Câmara, após destaque do Progressistas, a base governista não abandonou a iniciativa. O PT prepara um novo projeto de lei para criar a chamada Cide-bets, em moldes semelhantes aos da proposta de Vieira. Diante do movimento, empresas do setor voltaram a se mobilizar para barrar a nova tributação, enquanto o partido aguarda a posição oficial do governo para avançar com o projeto.

Em conversas reservadas, deputados do centro e da direita demonstram apoio à proposta, enquanto parte da esquerda considera um "abuso" o governo recorrer novamente à taxação das bets para arrecadar. O tema já eleva a tensão no setor e acirra o embate no Congresso.

As empresas de apostas reforçam o argumento de insegurança jurídica diante das sucessivas tentativas de aumentar a tributação. Com a nova proposta, o setor intensificou o lobby para barrar a Cide-bets, tese que já encontra alguma receptividade no Centrão, inclusive do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

"É uma discussão que ainda será feita na Câmara em outro momento. Nós defendemos a segurança jurídica e o cumprimento do que foi aprovado pela Câmara e pelo Senado no fim do ano, que elevou o tributo sobre as bets. Não há como mudar mensalmente a alíquota de **impostos** de nenhum setor" justificou Motta durante coletiva na votação do projeto Antifacção na Câmara.

Confisco do apostador

Um estudo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável

(IBJR) mostra que as casas de apostas pagaram, em 2025, 32,8% de **tributos**, cerca de um terço do faturamento das bets legais, que somou R\$ 37 bilhões. A entidade estima que a carga pode chegar a 42% em 2033, com a implementação completa da **reforma tributária** e a entrada dos novos **tributos** sobre consumo.

O setor critica ainda a proposta da Cide-bets, que prevê a cobrança de 15% sobre o valor depositado pelos apostadores, o que, segundo o IBJR, elevaria ainda mais a carga tributária e poderia ter efeito confiscatório.

"Ao taxar o depósito dos apostadores nas bets, o setor se preocupa com uma debandada de jogadores para o mercado ilegal, uma vez que o depósito de R\$ 100 não significará ter o valor integral para apostar. Para as bets, o setor ilegal usará esse argumento para atrair jogadores", alerta o IBJR.

Atualmente, cerca de 50% do setor de bets opera na ilegalidade. O que mais preocupa as casas reguladas é que elas pagam **tributos**, enquanto as plataformas ilegais não contribuem com o Estado e, em muitos casos, são associadas ao crime organizado.

Riscos

Parlamentares que defendem maior restrição às apostas on-line citam os riscos do fácil acesso às plataformas e os dados sobre ludopatia divulgados pelo Ministério da Fazenda. Em janeiro, a pasta informou que mais de 217 mil brasileiros pediram autoexclusão de contas em bets. Entre eles, 37% apontaram perda de controle e problemas de saúde mental como motivo.

Mesmo após a derrota na última votação, o PT decidiu apresentar um novo projeto criando a Cide-bets. Para parte da esquerda e de conservadores, aumentar a tributação é uma forma de desestimular o consumo, já que as apostas on-line têm acesso imediato e ilimitado. Dentro do próprio governo, porém, não há consenso.

O ex-secretário da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, hoje secretário de Reformas Econômicas da pasta, Regis Dudena, defendeu que o Congresso considere toda a carga tributária e a destinação dos recursos antes de tomar uma decisão. "O importante, quando se toma uma decisão, é saber qual será o efeito. A depender de

como for aplicada, a Cide pode ser excessiva, ou não" disse Dudena ao Correio, durante o evento Bet ON Brasil, em Brasília, que debateu o primeiro ano de regulamentação das bets no país.

Segundo ele, cabe ao órgão regulador apresentar análises técnicas para subsidiar a decisão dos parlamentares. "O que nos cabe é informar a nossa leitura sobre o projeto para que o Congresso Nacional, que tem competência para decidir, escolha a melhor solução para o país", afirmou.

Dudena também destacou que o setor já possui destinações específicas de recursos e que ainda haverá a incidência do Imposto Seletivo, previsto na **reforma tributária**. "O importante para a tomada de decisão é considerar toda a carga tributária e as destinações já existentes", acrescentou.

Fiscalização

Casas de apostas criticam a falta de estrutura para fiscalizar o mercado ilegal, que representa cerca de 50% do setor de bets no Brasil. Apesar do avanço da regulamentação, a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) conta atualmente com apenas três servidores dedicados à fiscalização. Em 2025, porém, mais de 25 mil sites ilegais foram bloqueados em parceria com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

De acordo com Regis Dudena, a limitação de pessoal é uma realidade do Estado, mas a estratégia é ampliar o uso de tecnologia e parcerias. "Com o crescimento do mercado, seria natural um incremento estrutural do órgão fis-calizador, mas o Estado tem restrições. Cabe à secretaria fazer o melhor uso possível das ferramentas disponíveis", afirmou.

Para este ano, a Fazenda pretende reforçar a fiscalização das empresas e o combate à lavagem de dinheiro. "O Estado está articulado, atuando em várias frentes para combater tanto ilícitos administrativos quanto penais", disse Dudena.

A Anatel também atua no bloqueio de plataformas ilegais. Segundo o conselheiro Edson Holanda, a agência reguladora tem uma estrutura consolidada para fiscalizar sites piratas e, agora, busca aprimorar esse sistema. "Em um ano conseguimos bloquear 25 mil bets piratas. Isso mostra a efetividade do trabalho", destacou.

Representantes do setor, porém, apontam falhas na fiscalização, como a falta de integração entre órgãos públicos e empresas do sistema financeiro. A CLO da instituição de pagamento Paag, Mila Rabelo, defende que avanços tecnológicos sejam prioridade. "A cooperação e a tecnologia são as chaves para uma

fiscalização eficiente", enfatizou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/09/all.pdf>

Salário mínimo terá ganho real de 2,3% em 2027 após alta do PIB de 2025 (salário mínimo)

Júlia Galvão

O salário mínimo terá reajuste acima da inflação de 2,3% em 2027, equivalente ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no ano passado. O aumento anual do piso leva em conta a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) que for acumulado em 12 meses até novembro deste ano, mais o crescimento do PIB de 2025.

O avanço de 2,3% do PIB em 2025 é o menor em cinco anos. A economia havia crescido 4,8% em 2021, 3% em 2022, 3,2% em 2023 e 3,4% em 2024. Antes disso, o resultado mais baixo foi a retração de 3,3% em 2020, ano da pandemia de Covid-19.

O valor final do salário mínimo em 2027 dependerá do comportamento do INPC acumulado até novembro de 2026, que será divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) só no início do ano que vem.

Neste ano, o salário mínimo é de R\$ 1.621 -aumento de R\$ 103 em relação a 2025, quando o piso era de R\$ 1.518. O reajuste total foi de 6,79%, dos quais 4,18% corresponderam à inflação medida pelo INPC.

Segundo regra do Ministério da Fazenda, o ganho real está sujeito aos limites estabelecidos pelo arcabouço fiscal, que prevê aumento acima da inflação dentro de um intervalo entre 0,6% e 2,5%. Como o PIB avançou 2,3% em 2025, esse crescimento poderá ser integralmente incorporado ao reajuste, por estar abaixo do teto de 2,5%. Nos anos recentes, o crescimento do PIB superou 2,5%, mas o reajuste do salário mínimo ficou limitado ao teto.

Caso o PIB tivesse registrado crescimento inferior a 0,6%, o piso ainda assim teria garantido um aumento real mínimo de 0,6%.

Os limites foram definidos no arcabouço fiscal como forma de controlar o ritmo de crescimento das despesas públicas. Na prática, a regra estabelece um piso e um teto para o aumento real, buscando conciliar a política de valorização do salário mínimo, que serve de referência para aposentadorias, benefícios

assistenciais e outras despesas obrigatórias, com as metas de equilíbrio das contas públicas.

Ao impor esse intervalo, o governo também preserva espaço no Orçamento para as chamadas despesas discricionárias, em que há liberdade de escolha para o gasto.

O salário mínimo é o menor valor mensal que um trabalhador pode receber no país por uma jornada regular. Ele pressiona os gastos do governo por ser a referência para benefícios previdenciários e sociais, funcionando como baliza para uma série de despesas obrigatórias do Poder Executivo.

Aposentadorias e pensões do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), por exemplo, não podem ficar abaixo do salário mínimo. Sempre que há reajuste, quem recebe um benefício pelo piso também passa a ganhar o novo valor. Outro benefício atrelado ao piso nacional é o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Estados podem fixar pisos regionais acima do nacional, mas nunca abaixo dele.

Sítio:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/03/salario-minimo-tera-ganho-real-de-23-em-2027-apos-alta-do-pib-de-2025.shtml>

Imposto de Renda 2026 ainda não terá isenção para quem ganha até R\$ 5.000; entenda (Imposto de Renda)

Júlia Galvão

Cristiane Gercina

A declaração do Imposto de Renda de 2026 ainda não incluirá a nova isenção para trabalhadores que ganham até R\$ 5.000 por mês. Embora a medida tenha sido aprovada em 2025, ela só passou a valer no dia 1º de janeiro deste ano e seus efeitos serão válidos para o IR a ser declarado a partir de 2027.

Contribuintes que recebem entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350 também passaram a pagar valor menor de imposto neste ano.

Na prática, isso significa que a declaração deste ano seguirá a movimentação financeira do contribuinte no ano anterior, considerando ganhos e gastos de 2025. As regras finais que obrigam o contribuinte a declarar serão divulgadas pela **Receita Federal** na próxima segunda-feira (16).

No ano passado, estive isento do pagamento do IR o contribuinte que ganhava até dois salários mínimos.

O especialista em tributação e contabilidade Mafrys Gomes, sócio do Grupo MCR Contabilidade e Auditoria, diz que a promessa de ampliação da faixa de isenção, no entanto, já tem gerado dúvidas entre contribuintes.

"Muitas pessoas acreditam que as novas regras já impactarão a declaração de 2026, mas isso não é verdade. Como estamos falando do ano-base 2025, as mudanças aprovadas recentemente só terão efeito prático na declaração que será entregue em 2027", explica Gomes.

O especialista afirma ainda que é comum a confusão entre a isenção do Imposto de Renda e a desobrigação de declarar o IR. Segundo Gomes, a nova regra trata da incidência do tributo, ou seja, a partir de qual valor se paga o imposto, mas não está ligada necessariamente à obrigação de declarar.

Isso acontece porque a obrigatoriedade de prestar

contas à Receita não depende apenas da renda, há ainda uma série de regras -anunciadas ano a ano pelo fisco- que podem levar o contribuinte a declarar. Quem é obrigado e perde o prazo paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Mesmo que o contribuinte esteja dispensado de pagar imposto, o especialista diz que ele ainda pode ser obrigado a enviar a declaração em algumas situações, como ter bens ou direitos acima do limite legal, ter recebido rendimentos isentos ou tributados na fonte acima de valor determinado pelo fisco, ter tido lucro com a venda de bens sujeitos ao imposto, entre outras regras.

A ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda só aparece na declaração entregue em 2027 por causa da diferença entre ano-calendário e ano-exercício.

Segundo Renato de Andrade Bento, advogado tributário do escritório Ronaldo Martins E Advogados, a lei que ampliou a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5.000 e concedeu desconto menor do IR para rendas entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026. Com isso, os novos benefícios passaram a incidir sobre rendimentos recebidos a partir de janeiro de 2026.

No entanto, a declaração entregue em 2026 se refere ao ano-base de 2025, período em que a nova lei ainda não estava em vigor. Os efeitos da mudança só aparecerão na declaração de 2027, que terá como referência os rendimentos recebidos em 2026.

De acordo com Bento, as regras de obrigatoriedade de declaração ainda serão divulgadas pela **Receita Federal**, mas alguns cuidados já podem ser tomados pelo contribuinte para separar os documentos para prestar contas. Veja o que fazer:

Informes de rendimentos: Reúna e confira todos os informes fornecidos por empregadores, bancos e corretoras, comparando-os centavo a centavo com os dados da declaração pré-preenchida

Despesas médicas: Desde 2025, profissionais de saúde que atuam como pessoas físicas são obrigados a emitir recibos pelo aplicativo Receita Saúde. O contribuinte deve verificar se suas despesas constam na base da **Receita Federal** antes de declará-las ou ter documentos que comprovem o gasto, como a nota fiscal emitida pelo médico e o recibo de pagamento.

Múltiplas fontes de renda: Quem recebe valores de mais de uma fonte pagadora deve ficar atento. É preciso declarar a renda de todas as fontes, caso seja obrigado a prestar contas.

Declaração pré-preenchida: Embora útil, a pré-preenchida pode estar incompleta se a fonte pagadora não transmitiu as informações ou se houve erro nos informes. Na hora de optar pelo modelo, é preciso ficar claro que as informações enviadas ao fisco são de responsabilidade do contribuinte e devem ser checadas antes do envio do IR para não cair na malha fina.

Sim. O especialista Ronaldo Andrade Bento diz que a isenção do IR não significa que o contribuinte pode abandonar o hábito de organizar sua vida fiscal. Isso porque a obrigatoriedade de declarar não depende apenas de ser tributado ou não, já que as regras de obrigatoriedade da declaração anual envolvem diversos critérios além da faixa de rendimentos tributáveis.

Além disso, o especialista afirma que a situação de renda pode mudar ao longo do ano. "Uma pessoa que ganha R\$ 4.800 em janeiro pode receber uma promoção em julho e passar a ganhar R\$ 6.500. Nesse caso, apenas parte dos rendimentos será objeto de isenção e, na declaração anual de 2027, será feito o ajuste considerando a renda total do período", diz o especialista.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Se o contribuinte não tiver guardado seus comprovantes, terá dificuldade para fazer o acerto de contas com a Receita corretamente. O especialista diz ainda que quem possui mais de uma fonte de renda precisa de atenção especial, pois a própria Receita alertou que a isenção na fonte só é garantida quando a renda mensal total não ultrapassa R\$ 5.000.

"Recibos médicos, comprovantes de despesas com educação, escrituras de imóveis, notas fiscais de veículos e extratos bancários devem ser mantidos por, no mínimo, cinco anos após a entrega da declaração", adiciona o especialista.

Desde 1º de janeiro de 2026, há isenção do IR na fonte para quem ganha até R\$ 5.000. Já para valores entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350, o desconto do imposto deve ser menor. A regra vale para trabalhadores, **servidores públicos** e aposentados do **INSS** e de estados, municípios e do Distrito Federal.

Mafrys Gomes, sócio do Grupo MCR Contabilidade e Auditoria, explica, no entanto, que a tabela progressiva tradicional do IR não foi alterada, portanto, as alíquotas de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5% permanecem exatamente as mesmas, com os mesmos limites de base de cálculo vigentes em 2025.

Ele diz que o que a nova lei criou foi um redutor aplicado sobre o imposto calculado pela tabela. Para quem ganha até R\$ 5.000 por mês, o redutor a ser aplicado pela fonte pagadora pode garantir que o trabalhador deixe de pagar até R\$ 312,89 por mês.

Já para rendimentos entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350, o desconto diminui gradualmente. Quanto mais próxima a renda estiver de R\$ 5.000, maior será o desconto. À medida que o salário se aproxima de R\$ 7.350, o benefício diminui até chegar a zero. A aplicação desse mecanismo é automática na fonte, sem necessidade de solicitação pelo contribuinte.

Marco Hanguí, especialista em Imposto de Renda da King Contabilidade, diz que, em muitos casos, a economia pelo não pagamento do IR pode ser significativa. Quem ganha até R\$ 5.000 e não tem dependentes pode ter economia de R\$ 3.754,68 no ano, sem considerar o 13º.

Para rendas até R\$ 7.350, a vantagem é menor, mas também compensa. Na prática, quanto mais próximo de R\$ 5.000 estiver o salário, menor será a parcela sujeita ao imposto.

"Para quem está nessa faixa de transição, o ganho não é apenas o valor exato que deixa de ser pago, mas principalmente a preservação do poder de compra ao evitar que um aumento salarial seja 'engolido' por um salto tributário abrupto", diz o especialista.

Sim. Hanguí diz que o sistema foi desenhado para analisar tanto o desconto no mês a mês quanto para fazer um "acerto de contas" final no ano, considerando a soma de tudo o que o contribuinte ganhou.

Com isso, se a pessoa normalmente recebe menos de R\$ 5.000, mas em alguns meses recebe bônus, comissões ou horas extras que façam a renda ultrapassar o limite ou o limite de R\$ 7.350 poderá ter tributação naquele período ou no ajuste anual.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/03/imposto-de-renda-2026-ainda-nao-tera-isencao-para-quem-ganha-ate-r-5000-entenda.shtml>

"Além disso, no cálculo anual, existe um limite aproximado de R\$ 60 mil por ano para isenção total, com redução gradual até cerca de R\$ 88,2 mil. Portanto, variações de renda ao longo do ano podem alterar o benefício ou gerar imposto no ajuste anual", diz o especialista.

As regras finais ainda serão divulgadas. A expectativa é que o rendimento tributável que obrigue a declarar suba em relação a 2025. No ano passado, esteve obrigado a declarar o IR o cidadão que:

Teve ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de imóvel com valor maior do que o pago na compra

Com isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil , inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto. Valores até R\$ 20 mil são isentos

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 169.440 ou quer compensar prejuízos de anos anteriores ou do próprio ano-calendário

Passou a morar no Brasil em 2024 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

Era titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Quem optou por atualizar o valor de imóveis com o pagamento de imposto menor instituído em dezembro de 2024

Contribuinte que obteve rendimentos em capital aplicado no exterior em aplicações financeiras ou lucros e dividendos de entidades controladas

Se os valores se mantiverem os mesmos de 2025, serão os seguintes:

Site:

Qual é a data para declarar o Imposto de Renda 2026? Veja quando começa

A data para declarar o Imposto de Renda 2026 deve seguir o cronograma tradicional da **Receita Federal**, com início em março e encerramento em maio . O período de entrega do IRPF 2026 (ano-base 2025) exige atenção dos contribuintes para a organização de documentos e comprovantes. Antecipar o envio da declaração é fundamental para evitar multas e garantir prioridade no recebimento dos primeiros lotes de restituição do Imposto de Renda .

Apesar do período do IR ainda não ter começado, o informe de rendimentos - documento que os empregadores e o **INSS** precisam entregar aos trabalhadores e aposentados ou pensionistas - vai sair mais cedo este ano . A data limite para a entrega do comprovante é sempre até o último dia útil do mês de fevereiro. Em 2026, o dia 28 de fevereiro cai num sábado. Por isso, na prática, o prazo será adiantado em um dia, para 27 de fevereiro .

"O comprovante deverá ser fornecido até o último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente ao do pagamento dos rendimentos ou por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, se esta ocorrer antes da referida data", disse a **Receita Federal** em nota.

A data também se aplica a bancos , corretoras de valores e operadoras de saúde. E também ao **INSS**, no caso dos rendimentos de aposentados, pensionistas e quem recebe outros benefícios previdenciários, como auxílio-doença. Respeitar o prazo é importante porque a entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) costuma ter início em março.

Trabalhadores com carteira assinada devem receber o documento da empresa contendo todas as suas fontes de renda, como salários, bônus e comissões. Os bancos informam em seus documentos os rendimentos com aplicações financeiras.

O informe deve conter o nome do contribuinte, CPF, descrição dos rendimentos, valores tributáveis e descontos do **INSS**. A **Receita Federal** utiliza esses dados para cruzar informações e identificar possíveis casos de sonegação. Inconsistências podem levar à malha fina.

Vale lembrar que, como o informe é referente ao ano-base 2025, não há isenção de Imposto de Renda para

quem ganha até R\$ 5 mil, nem desconto progressivo para aqueles que têm vencimentos mensais entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350. Isso porque, a Lei nº 15.270/2025 entrou em vigor apenas em janeiro deste ano.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2026/03/09/imposto-de-renda-2026-data-prazo-declaracao.ghtml>

Menos dos 2% dos regimes próprios têm nota máxima

Apenas 32 dos regimes próprios de previdência dos servidores dos Estados e municípios tiveram nota máxima ("A") quando passaram por avaliação do Ministério da Previdência. A grande maioria (866) obteve nota D, a pior na avaliação. Outros 459 conseguiram nota B, e 756, C. No total, há 2.133 regimes de próprios de **previdência social**.

Esses dados constam do resultado do Índice de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios que foi divulgado, em dezembro, pelo Ministério da **Previdência Social**. O índice considera os dados dos RRPS relativos ao exercício de 2024, remetidos até 31 de julho 2025.

O indicador classifica os regimes de previdência próprio com notas de "A" a "D", semelhante ao do Tesouro Nacional para a Capacidade

de Pagamento dos Estados e do Distrito Federal (Capag). No caso do Tesouro, uma nota D aponta maior possibilidade de não honrar suas despesas.

Os investimentos feitos pelos regimes próprios de previdência de Estados e municípios ganharam evidência com liquidação do Banco Master, em novembro do ano passado. Segundo informações do Ministério da Previdência, 18 Estados e municípios têm R\$ 1,9 bilhão neste tipo de papel. Em caso de prejuízo, os governos estaduais e municipais terão que arcar com a fatura para garantir o pagamento das aposentadorias e pensões no futuro. A má gestão dos investimentos do fundo impacta no cálculo do Índice de Sustentação Previdenciária.

Esse indicador, porém, não tem como objetivo punir os governos estaduais que tiverem as piores notas, o que é feito com a concessão ou não do chamado Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), mas sim criar incentivos para que possam melhorar o desempenho.

Segundo a coordenadora-geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, da Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da **Previdência Social**, Cláudia Fernanda Iten, o índice serve para mostrar que os regimes próprios têm o desafio da busca do equilíbrio financeiro e atuarial.

"O objetivo desse índice é fazer uma avaliação de uma forma padronizada e transparente da situação de regimes próprios. Então, ele serve para monitorar e também para fazer uma comparação entre os regimes próprios e acompanhar o desempenho deles. Ao mesmo tempo, estimula a melhoria contínua da gestão previdenciária", diz Claudia. "Ele [índice] tem como finalidade aprimorar essa gestão previdenciária, ampliar a transparência e incentivar a melhoria da gestão. Essa abertura dos dados busca isso", ressaltou.

A coordenadora explicou que não é possível comparar o indicador com o de anos anteriores porque houve mudanças na metodologia utilizada com a inclusão de novos critérios na análise como o indicador de resultado financeiro da medida de equacionamento de déficit atuarial, indicador de sustentabilidade atuarial em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) ou ao Indicador de Comprometimento Atuarial da RCL (o que apresentar melhor nota). As alterações, conforme o ministério, buscam maior coerência e previsibilidade às notas atribuídas, reduzindo eventuais reclassificações de um ano para outro.

O Indicador da Situação Previdenciária mostra que das 27 unidades federativas no país apenas três Estados registraram nota A: Rondônia, Mato Grosso e Paraná. Segundo o levantamento, dez receberam nota B; 9, C; e 5, D.

Com a liquidação do Banco Master pelo Banco Central (BC), a situação financeira dos fundos de previdência dos Estados e municípios ganhou evidência no noticiário. Isso porque, conforme dados divulgados pelo Ministério da **Previdência Social**, os regimes próprios de 18 Estados e municípios tinham ao menos R\$ 1,9 bilhão investido em letras financeiras, título sem cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), emitidas pela instituição financeira.

O fundo que aplicou o maior volume nos títulos - R\$ 970 milhões - foi o Rioprevidência, que atende mais de 230 mil servidores civis e militares do Rio de Janeiro. O investimento foi alvo de uma operação recente da Polícia Federal.

Nesta situação, a legislação prevê que os Estados e municípios terão que arcar integralmente com

eventuais rombos em fundos de previdência de seus **servidores públicos**, caso os investimentos feitos em títulos vendidos pelo Banco Master, por exemplo, coloquem em risco o pagamento de aposentadorias e pensões no futuro.

"Isso não significa que os entes tenham que repor de imediato o eventual prejuízo por esses investimentos. Porém, se no futuro faltarem recursos para pagar as aposentadorias e pensões, quem arca são os entes", explicou um técnico do governo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>